



“Carrego seu filho por R\$ 100 mil”: visibilidade e vigilância nos discursos e práticas sobre barriga de aluguel e adoção na internet

ANGÉLICA FONSÊCA DE FREITAS¹

Resumo

Em grupos específicos da internet, mulheres anunciam a sua disponibilidade para oferecer serviços conhecidos como "b.a" (barriga de aluguel) ou até mesmo "bio", ou seja, "mães biológicas" dispostas a "doar" às pessoas interessadas um filho por elas gestado e com seu material genético. Esse universo paralelo (e, às vezes, complementar) às clínicas de reprodução assistida, que também têm proliferado nos últimos anos, conforma um novo território que insta ao questionamento sobre o que significa "ser mãe" e "estar grávida" na contemporaneidade. Este artigo se propõe a analisar alguns discursos emitidos por essas instituições médicas, especializadas em reprodução humana plataformas e empresas que monitoram os ciclos menstruais e a fertilidade, também, aqueles que circulam nos grupos online dedicados a mercantilizar os serviços como os acima mencionados sob as relações entre vigilância, visibilidade e intimidade. Ao mapear genealogicamente as práticas e os sentidos associados à sexualidade e à maternidade, observa-se as narrativas sobre o corpo feminino e os movimentos que tornando-o objeto visível dos diversos dispositivos do controle. Essas tecnologias possibilitam para pessoas com privilégios econômicos, a customização de seus bebês, prevenindo doenças ou escolhendo o sexo, apesar da proibição legal. Ou, adotantes que fazem solicitações fenotípicas específicas em seus anúncios online. Esse solo de práticas possui diversas nuances legais que essas mulheres enfrentam para doarem seus filhos ou se tornarem barrigas de aluguel, deixando especialmente as mais pobres em vulnerabilidade jurídica. Em suma, busca-se compreender algumas implicações ligadas às estratégias de vigilância e visibilidade associadas a essas novas práticas, que sacodem e subvertem alguns valores tidos -- até muito pouco tempo atrás -- como naturais ou biológicos e, portanto, inquestionáveis, e objetiva-se mapear alguns desses novos sentidos que a noção de maternidade está ganhando.

Palavras-chave: maternidade, gravidez, vigilância, visibilidade, reprodução assistida

Introdução: o sonho e a esperança de ter um filho

E Deus criou o homem à sua imagem: criou-os varão e fêmea. E Deus abençoou e disse: Crescei te multiplicai-vos e enchei a Terra..
Livro de Gênesis 1:27-28

Mulheres que queiram apenas preservar a fertilidade podem congelar seus óvulos quando ainda são jovens para utilização, no momento em que decidam gestar sem preocupação com a idade reprodutiva na ocasião.

¹ Angélica Fonsêca de Freitas, graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela UnB, mestre pelo PPGCOM – Universidade de Brasília, é doutoranda no PPGCOM da Universidade Federal Fluminense sob orientação da Doutora Paula Sibília. Atualmente bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Contato: angelica.fonseka@gmail.com.

² O título desse artigo faz referência a matéria da BBC que entrevistou mulheres que anunciam na internet a disponibilidade para “gestar” filhos como Barriga de Aluguel. (LEMOS, 2018)

Anunciados sob a chancela de inovações para a saúde das mulheres, aplicativos para controle de fertilidade e de períodos menstruais oferecem diversas funcionalidades para planejar ou prevenir a gravidez. Em sua maioria, essas plataformas possuem a versão gratuita, e outra *premium* com funcionalidades adicionais. Devido aos algoritmos sofisticados, os apps oferecem calculadora e calendário de ovulação, alertas em tempo real sobre o ciclo, mapas de fertilidade, monitoramento do ciclo menstrual e da temperatura corporal basal. Com propagandas que ressaltam a facilidade e eficácia do uso, muitas mulheres aderem pela promessa de um monitoramento de seus próprios corpos “sem intervenções” – principalmente de hormônios - e compartilham suas informações pessoais em aplicativos que “ficam cada vez mais inteligentes”³.

No entanto, a indústria de biotecnologias para o gerenciamento dos corpos femininos encontrou nas informações geradas pelo uso desses aplicativos a base para seu capital. Ao coletar, processar e armazenar essas informações sobre milhares de usuárias, essas empresas possuem dados relevantes sobre hábitos e usos de tecnologias que poderão ser utilizadas para fins de publicidade direcionada, ou invasão de privacidade. Como o caso divulgado pelo Washington Post (HARWELL, 2019) sobre um aplicativo de saúde reprodutiva que possibilitava a disponibilização de dados dos funcionários para respectivas empresas, oferecendo cartões de desconto de 1 dólar. Ao ter acesso a essas informações, empresas e planos de saúde, monitoravam desde ciclos menstruais a hábitos alimentares. Segundo o presidente do aplicativo, a partir desses dados as empresas poderiam desempenhar um papel crítico em relação à saúde das mulheres e resultados financeiros das empresas.

A vigilância sobre o corpo feminino não é uma novidade contemporânea, mas a indústria tecnológica tem investido montantes expressivos de tempo e dinheiro em novos produtos e estratégias para conhecer essas novas consumidoras. Desde 2010, a empresa norte-americana Target ganhou notoriedade no mercado de sistemas preditivos ao antecipar os comportamentos das mulheres grávidas, inclusive antes das famílias saberem sobre a gravidez⁴. Em uma matéria intitulada “Como as empresas aprendem sobre seus segredos”⁵, Charles Duhigg (2012) conversou com Andrew Pole, cientista de dados há 10 anos da varejista, que motivado pela equipe de marketing que queria saber

³ Ao atualizar os dados em um aplicativo de ciclo reprodutivo feminino, a mensagem confirmando a atualização afirma que ele está ficando “mais inteligente”, pois quanto maior o número de atualizações, mais métricas e resultados assertivos, a plataforma disponibilizará.

⁴ Nesta entrevista, Andrew Pole conta a história de um pai de uma adolescente que foi até uma das lojas físicas da Target após ela receber cupons de desconto para comprar roupas de bebê e berços, afirmando que a empresa estava a incentivando a engravidar. O gerente pediu desculpas e dias depois ao ligar para o homem, ele disse que conversou com a filha e ela realmente estava grávida: A target “estava mais ciente das coisas na casa dele que ele” (DUHIGG, 2012, tradução nossa).

⁵ Tradução da autora. O título original em inglês é “How companies Learn your Secrets”.

se uma consumidora estaria grávida ou não, desenvolveu um algoritmo para traçar hábitos de compra.

Para tal, foi necessário criar uma base de dados. No entanto, como incentivar mulheres a oferecer “espontaneamente” informações sobre sua gestação? A empresa lançou um serviço “Registro de bebê” por meio do qual as mulheres informavam sobre sua gravidez e data estimada do nascimento da criança. Ao oferecer esses dados, as mulheres ganhavam cupons de desconto e brindes para novas compras, e a empresa conseguia dados históricos para desenvolvimento de modelos preditivos. Segundo o especialista de dados, informações sobre o nascimento são públicas e após o parto as concorrentes saberiam quais produtos oferecer para mães e bebês. Ao combinar monitoramento online e sistemas preditivos, a Target visa oferecer uma experiência de consumo antecipatória - antes mesmo das mulheres saberem que realmente precisam – já sabem que no começo da gestação há o aumento na compra de produtos de hidratação da pele sem perfume e no terceiro semestre aumento do consumo de certas vitaminas. Dessa forma, as atuais tecnologias de vigilância contemporânea agregam um valor essencial para os consumidores, proporcionando uma experiência de consumo personalizada e individualizada, ao ponto de ser uma presença “invisível” que auxilia em todos os momentos da vida do indivíduo.

O que parece emergir da vigilância contemporânea do corpo feminino é a adesão voluntária das próprias mulheres a esses serviços sob a ótica de discursos de emancipação feminina, oportunidade frente a um desconto e até mesmo, como uma estratégia biotecnológica para assegurar a eficiência do monitoramento e realizar um sonho: ser mãe e ter um filho. Além dos aplicativos que auxiliam as previsões quanto ao ciclo de fertilidade, clínicas de reprodução humana oferecem um serviço chamado “Coito Programado”. Os casais heterossexuais que estão com problemas para engravidar, após verificar que não há problemas físicos impedindo a concepção, podem escolher o tratamento que consiste no acompanhamento ultrassonográfico do crescimento folicular ovariano ao longo do ciclo menstrual para orientá-los qual o melhor momento para a relação sexual para ocorrer a gravidez, otimizando os resultados. Observa-se que mais que o mapeamento biológico em busca de doenças que atrapalhem o sonho da família completa, plataformas tecnológicas e centros de saúde disponibilizam funcionalidades e serviços que monitoram as mais diversas ações das mulheres e de seus corpos, agora, mais do que nunca, olhar vigilante requerido pelos próprios indivíduos.

Para garantir a concepção, novos discursos e serviços emergem da indústria de fertilidade calcados em afetos como na esperança de ser mãe e no sonho de ter uma família. Não que esses tratamentos sejam novidade, já que o primeiro bebê de proveta já tem 40 anos, observa-se movimentos de diversos setores no intuito de promover um debate público sobre a preservação da fertilidade e alternativas para aquelas mulheres que não conseguem gerar seus próprios filhos. Esse

gerenciamento sobre a vida, inerente ao biopoder (FOUCAULT, 1988), foi concentrado em discursos e práticas relacionados a contracepção. Por exemplo, no Brasil, o PAISM- Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher foi proposto no âmbito do sistema público de saúde reconhecendo a necessidade de medidas de contracepção, como parte dos direitos reprodutivos que deveriam ser oferecidos para toda a população. No entanto, até o início do século XXI, o que houve foi a regulamentação e padronização de procedimentos de esterilização, consolidação de métodos contraceptivos, principalmente, hormonais e preservativos masculinos. Apesar da política nacional desde 2005, avalia-se dificuldades de acesso e problemas na experiência de contracepção na relação de muitas mulheres com os serviços de saúde públicos.

Apesar de precário e insuficientes as políticas de acesso aos serviços de contracepção, ao analisar os últimos 25 anos de políticas reprodutivas, o Fundo de População das Nações Unidas (2019) afirma que devido a essas políticas públicas e o aumento da escolaridade das mulheres, a prevalência de métodos contraceptivos aumentou em 25% e as gravidezes indesejadas caíram 16%. De forma heterogênea no Brasil, esses números mostram modificações nos direitos e na saúde das mulheres, ao mesmo tempo que possibilitam a emergência da discussão sobre infertilidade. Apenas em 2012, o Ministério da Saúde começou a oferecer o tratamento para infertilidade via Sistema Único de Saúde (SUS), dependendo da disponibilidade do centro de saúde e da indicação clínica do paciente.

No Brasil, 146 centros de reprodução assistida relataram dados para o 11º Relatório do Sistema Nacional de Produção de Embriões (SisEmbrio) referentes ao ano de 2017, que realizaram apenas 36.307 ciclos de fertilização, perante uma demanda de 208 mil. Anualmente, cada instituição pública brasileira com esse tipo de tratamento disponível atende uma média de 300 ciclos, porém a capacidade para atender os pacientes na fila deveria ser de 10 vezes mais. Diante disso, apesar do endosso discursivo das clínicas de fertilidade que se pode engravidar “quando quiser”, para quem não pode pagar, uma das maiores dificuldades para os casais inférteis que dependem de serviços públicos gratuito é a fila de espera, já que o número de unidades de saúde que oferece os serviços não é suficiente para atender a demanda. E a demora esbarra no limite de idade para as mulheres que querem fazer o procedimento pela rede pública que é de, no máximo, 40 anos.

O sonho de ter um filho do próprio material genético esbarra em questões que vão além da saúde ou economia, analisa-se um solo com os mais diversos interesses – mercadológicos, jurídicos e sociais – que compreendem o corpo feminino e as famílias contemporâneas como espaços profícuos de monitoramento e venda de inovações. A utilização de técnicas para realizar o desejo de ser “pai e mãe”, ou seja, o olhar multiforme sobre a concepção, até pouco tempo compreendida como “natural” e “biológica”, permite observar intervenções tecnocientíficas sobre o indivíduo no âmbito da formação das famílias e rupturas com conceitos modernos relacionados ao planejamento e

concepção de bebês contemporâneos. De fato, esse olhar sobre a infertilidade ou gerenciamento da fertilidade, com seus desdobramentos em práticas de adoção e barriga de aluguel oferecidas na internet, criam novos espaços e legitimam ações governamentais, mercadológicas e sociais sobre o corpo feminino.

A gestação de substituição, conhecida como barriga de aluguel e barriga solidária, especialmente na internet, encontra nos interstícios jurídicos brasileiros uma grande oportunidade mercadológica. Além disso, a entrada de empresas estrangeiras de “barriga de aluguel” e o sonho de ter um filho são alguns fatores que possibilitam o aparecimento de anúncios nas mídias sociais com o seguinte conteúdo: “Carrego seu filho por R\$ 100 mil”⁶. Em grupos específicos da internet nos quais mulheres anunciam a sua disponibilidade para oferecer serviços conhecidos como “b.a” (barriga de aluguel) ou até mesmo “bio”, ou seja, “mães biológicas” dispostas a “doar” às pessoas interessadas um filho por elas gestado e com seu material genético. Esse universo paralelo (e, às vezes, complementar) às clínicas de reprodução assistida, que também têm proliferado nos últimos anos, conforma um novo território que insta ao questionamento sobre o que significa “ter um filho” e uma família na contemporaneidade.

A maioria das mulheres que anunciam a si mesmas na Internet demonstram ter conhecimento de que a prática é considerada ilegal no Brasil, apesar de acreditarem que não deveria ser criminalizada. Diante disso, destaca-se como o mercado, as famílias e os centros de saúde articulam os afetos de sonho e esperança nos diversos discursos sobre conceber uma criança, associados a essas novas formas de concepção, que sacodem e subvertem alguns valores tidos -- até muito pouco tempo atrás -- como naturais ou biológicos e, portanto, inquestionáveis.

Diante disso, compreende-se um deslocamento nos circuitos de vigilância sobre os corpos femininos e família por encontrarem também adesão dos próprios pais e mulheres, assim como, a emergência de sentidos que legitimam a maternidade e o planejamento familiar. A articulação desses discursos, rearticulam as proposições Foucaultianas (FOUCAULT, 1987) sobre vigilância, subjetividades e tecnologias, pois reconfiguram sob novos limites e potências o que é ser mãe e ter uma família. Assim como, ambicionam a conformação de moralidades contemporâneas no âmbito de mães solo e famílias homoafetivas. Devido à complexidade desse universo, recorre-se à perspectiva genealógica, que se vale do contraste comparativo entre as práticas atuais e as de outros momentos históricos, objetiva-se mapear alguns desses novos sentidos que a noção de família está ganhando, em especial, nas estratégias associadas ao corpo feminino e infância.

⁶ Conforme reportagem da BBC Brasil (LEMOS, 2018).

Dos segredos da vida ao corpo como alvo da tecnociência

Fique sabendo que a sua parenta Isabel está grávida, mesmo sendo tão idosa. Diziam que ela não podia ter filhos, no entanto, agora ela já está no sexto mês de gravidez. Porque para Deus nada é impossível
Lucas 1:36-37⁷

A expressão “planejamento familiar” atualmente não está apenas relacionada às políticas públicas de controle de natalidade, especialmente, associadas à população com menos recursos econômicos, visando à chegada dos filhos e à prevenção de gestações indesejadas, controlando assim as taxas de fecundidade da população. Nas camadas sociais que hoje tem certos privilégios socioeconômicos, homens e mulheres reproduzem lógicas empresariais de gerenciamento para conceber um filho. São diversos os discursos que permeiam cada “passo” para tal família ser possível: desde a busca de um companheiro calcada no velho mito do amor romântico, até a mais futurística prática de reprodução assistida.

Como proposto por Paula Sibilia e Christian Ferrer (2016), tanto o conceito de família como a sua prática têm atravessado intensos processos de transformação nas últimas décadas. Apesar desses choques intensos, a ideia de casal continua tão insatisfatória e monogâmica como em tempos anteriores a essas mudanças. Nesse cenário, as instituições de gerenciamento do amor romântico mais tradicionais e as inéditas prescrições para reparar amores infelizes são disseminadas pela mídia. Assim, surgem gestores, terapeutas, *couchers*, psicólogos, sexólogos, astrólogos e centenas de outros peritos que prometem resolver esses problemas cada vez mais rebeldes que são os amores não correspondidos ou a busca pelo “par ideal”.

As famílias constituídas segundo a lógica heterossexual – pai, mãe e filhos – hoje coexistem com novas configurações familiares formadas por casais homoafetivos, apenas por um dos pais ou sem filhos. Além disso, independente da sua formação, tanto o processo como as relações entre seus membros parecem ter se deslocado com base à família moderna no que se refere ao seu planejamento. Mesmo que continuem proliferando discursos associados ao casamento, ao sonho de ter filhos e a morar na mesma casa, ter uma família na contemporaneidade adquire ares de plano de negócios e gestão de risco, como acontece em outros aspectos da vida atual. Assim, a família passa a ser minuciosamente planejada desde a sua concepção, por meio de uma perspectiva tecnocientífica bastante diferente daquela que vigorava na era moderna.

O corpo feminino e o parto foram historicamente alvo da medicina. Ao mapear genealogicamente os discursos e as práticas relacionados à sexualidade e à maternidade, é possível perceber as “técnicas

⁷ Recuperado de <http://bit.ly/2wSmcCX> em 18/09/2019.

polimorfos do poder” (FOUCAULT, 1988: 17) que disputaram e criaram as narrativas científicas, tecnológicas e morais sobre o corpo feminino. Inclusive em experiências puramente das mulheres, como no parto, segundo Jaques Le Goff (1989: 22), essas “verdades” sobre a fisiologia feminina foram concebidas a partir de documentos produzidos por homens do período medieval, já que a sociedade era dominada pelo sexo masculino, afirmando que a “voz das mulheres raramente se faz ouvir”.

Pode-se dizer que, na Idade Média, o nascimento era um lugar feminino, povoado por segredos e rituais, mas as narrativas a respeito dele eram proferidas por homens. Na modernidade, esse olhar observador participa do momento do nascimento, corroborado por discursos científicos que visam disciplinar os fenômenos da reprodução humana. Apesar de ser do momento feminino, os discursos sobre o parto continuam a não revelar a perspectiva da experiência da mulher. Nos séculos XVIII e XIX, com a elevação de status das práticas médicas, as práticas relacionadas ao nascimento deixam o ambiente domiciliar para ocupar os hospitais; assim, o ciclo de mulheres próximas à mãe é substituído por um corpo clínico, fato que não o torna acessível ao olhar de todos, mas pode ser um deslocamento para compreender essa dispersão pública de assuntos relacionados apenas à família.

Esses confiscos discursivos e técnicos quanto ao parto e à gestação não foram as únicas transformações práticas do poder que investe sobre a vida (FOUCAULT, 1987). De acordo com Elisabeth Badinter (1985), o próprio significado de ser mãe e do amor materno foram desenvolvidos conforme variações de classes sociais, época e circunstâncias da vida da mulher. Essas diversas situações materiais, históricas e culturais modificaram e implicaram em diferentes tipos de relação mãe e filho. Concomitantemente, também houve mudanças quanto à concepção e aos afetos da infância, segundo Philippe Ariès (1986). Essa etapa da vida que no Brasil, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é restrita até os 12 anos de idade, era limitada à fase da vida em que a criança não pode satisfazer suas necessidades biológicas. Ao longo dos séculos XVII e XVIII, sugere Ariès (1986), as crianças eram apenas “pequenos adultos”, fato corroborado, aliás, pela indústria cultural, e movimentos artísticos não referenciavam imagens de crianças, sendo mais comum identificá-las a partir do nosso olhar contemporâneo, na imagem dos anjos.

Além disso, elas eram mantidas pouco tempo no seio familiar, e logo que assumiam sua independência física e biológica, eram inseridas nos espaços dos adultos; não havia instituição escolar nos moldes que conhecemos, e o aprendizado se fazia no contato com os adultos com que conviviam, sendo difusa a noção do que era “adequado” para a criança. Conforme Ariès (1986: 10), “uma série de práticas sociais como jogos, ocupações, trabalhos, profissões e armas, não estava determinada para nenhuma idade”, possuindo, assim, contornos muito diferentes da infância contemporânea em que cada detalhe ínfimo da vida dos filhos é planejado e gerenciado, até mesmo

customizado, como nos casos em que há a seleção fenotípica do doador de espermatozoide, por exemplo.

A valorização da criança como membro fundamental da família foi uma construção de sentido moderna. De acordo com Ariès (1986), apenas na segunda metade do século XVII, começa a ser desenvolvido um sentimento de valorização da infância, corroborada por mudanças demográficas decorrentes de baixas fertilidade mortalidade infantil que não poderiam ser explicadas apenas por avanços da medicina e hábitos de higiene. Assim, o sentimento da família e da infância desenvolvido nos séculos XVI e XVII engendra novos discursos e práticas sobre os cuidados e os corpos infantis.

Para isso, no final do século XVIII, a imagem, o papel e importância do “ser mãe” sofreram modificações adequadas a essa realidade de proteger a criança. As publicações da época recomendavam o cuidado dos filhos pelas mulheres, destacando a importância da amamentação. Badinter (1985) resume esses discursos e condutas como o mito do instinto materno, ou seja, ao compreender as forças que fixaram historicamente os sentidos sobre o amor materno, desconstrói uma visão de “espontaneidade” do vínculo e amor entre mãe e filho. A autora destaca que o amor materno foi idealizado como natural e social, especialmente importante para a manutenção de uma sociedade forte. Inicialmente, a mãe era a autoridade e responsável pelo lar. Ao deslocar os discursos para o “amor”, ela assume a responsabilidade do afeto e carinho familiar, enquanto o homem segue como provedor econômico.

A compreensão do nascimento e a gestação, inerente ao corpo feminino, possibilitou o discurso normativo médico indicar que a concepção e a maternidade são funções naturais da mulher. Inclusive, a concepção moderna para as ‘não-mães’ era de exclusão e anormalidade, afinal, não cumpriram seu papel na sociedade. De acordo com Jurandir Freire Costa (1999), essa passagem da mulher dona de casa para a mãe-higiênica foi engendrada em dois tempos. Inicialmente, acompanhou a urbanização, retirando o corpo feminino do espaço doméstico, normalizando certas condutas para o convívio social e o consumo comercial. E como um segundo reforço, a estatização dos indivíduos por meio de valores higiênicos e de saúde.

O corpo feminino como espaço analisável, mensurável e passível de intervenção foi um projeto, conforme Foucault (1988: 28-29), do século XVIII quando os governos entendem que precisam lidar com uma “população”, com seus fenômenos específicos suas variáveis próprias: natalidade, expectativa de vida, fecundidade”. Na modernidade, o exame médico, as ações pedagógicas, o controle da família são exemplos das formas de “regulação mais finas e bem calculadas que oscilarão, segundo os objetivos e as urgências, em direção natalista ou antinatalistas”. Configura-se, então, a constituição de forma de saber científico baseada não apenas nas vivências práticas, mas na

articulação do olhar, especialmente em partos “complicados” ou condutas higiênicas adequadas à maternidade.

Outro aspecto importante é que nos séculos XIX e XX, o parto e a maternidade, que na Idade Média era privado, íntimo, objeto de segredo feminino e sussurrado, passa a ser vivido de maneira “institucionalizada”, mergulhado nos discursos científicos. É importante ressaltar que não é apenas uma questão discursiva – fala-se mais na modernidade sobre dar à luz. Trata-se do deslocamento do âmbito privado para o institucional, em especial, para o ambiente hospitalar. O fato de as narrativas sobre o nascimento emergirem na modernidade não significa que esse momento da vida tenha sido movido inteiramente para a esfera pública. Seu sentido público está aqui relacionado com sua institucionalização em hospitais, acompanhado por equipes médicas e não mais apenas por familiares ou laços femininos de proximidade.

De todo modo, após esse massivo investimento para inserir o médico na esfera do nascimento, as mulheres das classes mais altas já não aceitavam sentir a dor do parto e não desejavam correr mais riscos. Nesse cenário, em meados do século XX, observa-se a consolidação do processo de medicalização e hospitalização do nascimento, evidenciando a ruptura da feminilização do parto, tornando-o evento da alçada masculina e cirúrgico. Afinal, o nascimento foi redirecionado para o domínio do parto hospitalar, marcado por cirurgias e técnicas para “facilitar” o parto, tais como a utilização de fórceps e episiotomias.

O primeiro parto de fertilização com sêmen congelado é datado de 1953, mas apenas nos anos 1990 houve investimento científico na vitrificação dos óvulos. Essa mudança no olhar do “seguro da fertilidade” encontra aderência nas próprias mulheres. Dentre discursos de liberação conquistados pelos movimentos feministas e assujeitamento associados às próprias modulações de existência na sociedade, a maternidade e as famílias são pontos de fixação do poder, por isso, palco de disputas e transformações perante os conceitos de reprodução assistida. Além disso, as mudanças comportamentais, o ingresso da mulher no mercado de trabalho e diversos avanços possibilitados pelo feminismo deixaram latente a demanda de atrasar a maternidade. Dentro de um projeto biopolítico como o moderno, no qual controlam-se taxas de natalidade e longevidade, foi aumentando cada dia mais a expectativa de vida da população; por isso, investir no gerenciamento do “relógio biológico” é uma prática não apenas tecnologicamente possível, mas moralmente desejável.

De forma geral, a mulher que é “empresária de si” (Foucault, 2008) deve ser responsável por gerenciar com sucesso todas as esferas de sua vida, planejando-as cuidadosamente para conquistar o êxito. Para tal, momentos da vida como encontrar um par romântico, constituir família e ter acesso à

maternidade assimilam serviços mercadológicos às práticas de si. A maternidade e a família são atravessadas por discursos e sentidos diferentes daqueles que eram habituais -- ou mesmo possíveis -- na modernidade. Por isso, em uma esfera ampla na qual prescrições para planejamento familiar são dadas por especialistas em reprodução e novas práticas como a barriga de substituição naturalizam-se como uma condição de possibilidade para “vencer” os limites biológicos.

O sonho de ter um filho

Antes de trazermos outra criança ao mundo, devemos jurar que iremos procurar saber que mundo é esse.” Reunimo-nos, assim, numa sociedade para fazer perguntas.

Virgínia Woolf (2019: 11)⁸

Em nossa breve genealogia dos discursos sobre a concepção, a gestação, o nascimento e a infância, foi possível perceber as condições de possibilidades que tornaram o corpo feminino e família acessível ao olhar tecnocientífico. Tal configuração coloca a gestação e a família como lugares estratégicos de ação do poder, pois neles ocorrem a articulação destes dois polos – indivíduo e massa. Assim, por meio de uma série de intervenções e controles reguladores, segundo Foucault (1988: 131) uma “biopolítica da população”, organiza-se o poder sobre a vida, gerindo a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível da saúde, a duração da vida; conseqüentemente, práticas e “verdades” sobre o corpo feminino, os nascimentos e a infância são constituídas nesse período e essenciais para gerir a vida. A naturalização desse olhar possibilita na contemporaneidade a instauração de técnicas que enaltecem o “engravidar quando quiser”. Essa liberdade discursiva parece trazer oculto um “desde que”, por exemplo, exista um seguro de fertilidade. No entanto, dentre todos esses serviços oferecidos para a concepção de um filho, ainda há limites para a ciência: a necessidade de útero para gerar os embriões.

A visibilidade dessas mulheres e famílias que optam por utilizar plataformas de acompanhamento de ciclo menstrual, serviços de reprodução assistida, e até grupo de WhatsApp para adotar crianças fora dos sistemas jurídicos estabelecidos no Brasil, se voluntariando à luz permanente do olhar do outro (como os dos demais sujeitos deste nosso tempo) converte-se em matéria de vigilância “eterna”. A espetacularização da concepção, gravidez e adoção momentos outrora vividos como privados relaciona-se, assim, não apenas com essa vontade de saber e de “se exibir”, mas com uma distribuição de vigilâncias (BRUNO, 2013) que ocupa todos os espaços e se estabelece continuamente. Assim como, revelam uma ampliação dos circuitos de visibilidade e vigilância, como

⁸ Recuperado em 09/06/2019 de <http://bit.ly/2XzWfUv>.

no caso da adoção à brasileira, que deslocam dos sistemas jurídicos e sociais para a criação de uma comunidade a ação paralela para a realização do sonho de ter um filho.

Apesar dos diversos testes para desenvolver o embrião fora do útero da mulher, ainda não foi possível “burlar” essa etapa da concepção. Em solo nacional, a necessidade da barriga de substituição ainda enfrenta diversos impasses normativos e jurídicos. Por isso, casais com recursos financeiros suficientes já buscam os serviços de agências internacionais no Brasil que facilitam a contratação desse tipo de serviço. Diversos países permitem a barriga de aluguel com fins lucrativo de forma legal, como Estados Unidos, Grécia, Ucrânia, Rússia e Albânia. O pacote – da concepção à entrega do neném registrado como brasileiro para o contratante – tem custo variado de 65 mil a 150 mil dólares. Dessa forma, o sonho da maternidade ou paternidade pode ser realizado sim, a tecnociência e métodos de reprodução assistida estão à disposição, ‘desde que’ se possa pagar.

A partir da análise desses deslocamentos progressivos relativos ao nascimento e à família, é possível compreender um projeto de poder que investiu sobre a vida dos indivíduos e da sociedade na modernidade. Assegurar a fertilidade e adiar a gravidez são práticas que coexistem, atualmente, com a concepção “biológica” ou sem assistência técnica; e, ainda, com discursos religiosos como “o filho virá quando Deus quiser”. No entanto, a vontade de Deus parece não ter menor peso discursivo quando é necessário garantir a fertilidade no futuro para viabilizar a família, pois a popularização das técnicas reprodutivas parece indicar que “bastaria” um bom planejamento para ter um bebê quando desejar.

No Brasil, a barriga voluntária é permitida para parentes consanguíneos de até quarto grau. Casos em que amigas se voluntariam são analisados individualmente, porém, é proibido ter relação financeira. Para qualquer uma das possibilidades, há uma questão jurídica baseada no material genético da concepção e ao direito sob a criança. Se o material genético do bebê (óvulo e espermatozoide) são do casal que solicitou a barriga voluntária, uma ação judicial pode “garantir” o bebê aos pais biológicos, mesmo com o desacordo da mulher que o gestou. No entanto, se o material genético utilizado for de anônimos, a justiça pode conceder a guarda da criança à mulher que gerou aquela vida. Essas dinâmicas “legais” que entre familiares e amigas que “emprestam a barriga” estabelecem outros vínculos afetivos na própria família. Desde mães de barriga que tornam-se amigas, ou avós que gestam seus netos.

É interessante perceber que apesar de diversas liberações no campo dos valores morais, o peso do “material genético”, dos códigos de programação, da hereditariedade parecem ainda muito importantes na constituição das famílias. A dificuldade no sistema de adoção e adaptação da criança na nova família são discursos que emergem como “justificativa” para o processo de tentar um filho

biológico. No entanto, o planejamento e customização dessa gravidez para então a idealização da família que foi uma “escolha” dos envolvidos. Valores coexistentes que são possíveis devido a todas as pedagogias e técnicas de gerenciamento da vida, sentidos do empresariamento da própria concepção e não só do nascimento.

A imbricada relação de discursos sobre novas famílias e ser mãe são incorporadas por meio de lógicas de vigilância que articuladas sob a ótica neoliberal fixam-se em afetos discursivos, e sutilmente na alma dos indivíduos “tentantes”, da esperança e do sonho. E como um mercado com serviço para “todos” encontram na família e maternidade espaço para estender práticas comerciais que capturam pais solos que querem ter uma experiência familiar e contratam barrigas de aluguel, casais homoafetivos que precisam do útero de substituição, ou material genético masculino, mostrando rupturas das próprias noções modernas de família biológica a partir deste olhar tecnocientífico sobre a concepção. Centrar a vida no corpo orgânico é um movimento que discursivamente evoca questões sobre gestão do risco, saúde e empresarização da existência. O mercado da fertilidade encontra aderência em um solo no qual o corpo é protagonista e possibilita outro deslocamento discursivo da gestação. A gravidez que é fruto de reprodução assistida tem saído do silêncio a que esteve relegada até pouco tempo atrás, ou dos laços de proximidade com os mais íntimos, para se tornar uma forma de mensurar resultados. Afinal, as empresas de fertilização precisam de bebês saudáveis nascendo -- e sendo vistos -- para corroborar a eficiência de seus serviços.

Historicamente, observou-se que a medicalização do parto não o eleva ao status de público, apesar de retirá-lo do domínio do segredo da vida das mulheres e parteiras, e em alguns casos dos médicos. Expor os resultados positivos é essencial para confirmar a eficácia dos métodos de reprodução assistida, porém apesar de publicizar o corpo da gestante e da família, as incertezas dos resultados e a necessidade de intervenção da técnica mantêm o estatuto do privado da concepção. Afinal, o resultado de “positivo” pode ser até exibido em plataformas de redes sociais depois de um certo tempo de gestação, mas em casos de “barriga de aluguel à brasileira” pelas problemáticas legais, os discursos e resultados saem da esfera familiar em grupos virtuais com pessoas que compartilham essa experiência de buscar um útero de substituição e conseguir ficar com o bebê. Casos de sucesso são raros, mas necessários para o sentimento de solidariedade dessas pessoas que procuram esta prática.

A liberação e o confisco de discursos sobre infertilidade, ou necessidade de útero de substituição para a concepção do filho biológico, tornam o planejamento familiar uma questão pública, negociada em plataformas sociais, mercantilizada pelos indivíduos e centros de fertilidade. As mulheres têm encontrado maneiras de trabalhar contra os “discursos de contenção” ao longo da história, porém as

estratégias de liberação hoje parecem cada vez mais difusas e pontuais, fluidas e cambiáveis. Podem incluir mulheres grávidas que procuram um aborto, vendem seus óvulos, ou alugam seus úteros. Mulheres que buscam a “produção independente” por meio da doação de bancos de esperma e fertilização in vitro, liberando-se da necessidade do casamento e constituição do casal para ter uma família. Aquelas que, muitas vezes, os médicos buscam dissuadir de tentar o parto natural após já terem realizado uma cesariana. Todos esses sentidos e discursos relacionados ao corpo feminino e constituição das famílias contemporâneas corroboram a percepção de que as mulheres estão sob a mira desse olhar multiforme, científico, moral e cultural.

É importante ressaltar que essa análise é inicial e busca problematizar em certa medida os circuitos de vigilância sob o corpo feminino, a adesão das mulheres a eles e transformações nas subjetividades da família que enfretam questões antes vistas como biológicas, pelas lentes da tecnociência. Há um universo de afetos e sentidos construídos sob esses novos modos de “ser pais” e a constituição das famílias em ampliação e ruptura, por isso, é digno de nota que essa é uma primeira tentativa de problematizar os processos de subjetivação do “ser mãe” (ou não ser) na contemporaneidade, objetivo principal da tese de doutorado.

Referência Bibliográficas

- 2º Relatório de Dados de Importação de Células e Tecidos Germinativos para Uso em Reprodução Humana Assistida. (2018). **Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA)**. Relatório. Brasília.
- ARIÈS, PHILIPPE. (1986). **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Guanabara.
- BADINTER, E. (1985). **Um Amor Conquistado: O Mito do Amor Materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BRUNO, F. (2013). **Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade**. Porto Alegre, RS: Sulinas.
- COSTA, J. F. (1999). **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- DUHIGG, B. (2012). **How Companies learn your secrets: The New York Times Magazine**. Recuperado em 18/06/2019 de <https://nyti.ms/2HQlc9O>
- FOUCAULT, M. (2008). **Nascimento da biopolítica**. Curso no Collège de France: 1978-1979. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes,
- FOUCAULT, M. (1988). **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, M. (1987). **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes.
- HARWELL, D. (2019). **Is your pregnancy app sharing your intimate data with your boss?: The Washington post**. Recuperado em 18/06/2019 de <https://wapo.st/2XRp7Lw>

LE GOFF, J. ET AL. (1989). **O homem medieval**. Lisboa: Editora Presença.

LEMOS, V. '**Carrego seu filho por R\$ 100 mil**': o mercado online da barriga de aluguel. BBC Brasil.. Recuperado em 18/06/2019 de <https://bbc.in/2TI9zYb>.

SIBILIA, P.; FERRER, C. (2016) **¿Por qué cambian las familias pero no las parejas?** La Nacion, Buenos Aires, Ideas. Recuperado em 18/06/2019 de <https://bit.ly/2XOaGb6>.

WONG, J. (2019). Birth control app reported to Swedish officials after 37 unwated pregnancies: **The Guardian**. Recuperado em 18/06/2019 de <https://bit.ly/2XPFEzx>